

===== **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2014:** *Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu extraordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 16h e 10m.* =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DE PLANO PARA 2015:** *Presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: O valor do nosso Orçamento para o ano de 2015 é de € 35.129.730,00 (trinta e cinco milhões cento e vinte e nove mil setecentos e trinta euros). Este é o primeiro exercício orçamental onde nós não temos, por um lado, a questão da entrada das receitas de água; mas por outro lado também, do lado da despesa não temos a compra de água às Águas do Douro e Paiva. Este é um dado que diferencia este orçamento relativamente aos orçamentos anteriores. Há também do lado da despesa uma questão nova que se prende com o Fundo de Apoio Municipal, portanto, a criação do FAM. Como sabem 50% do valor desse fundo compete às autarquias, num rateio que foi feito compete-nos a nós por um período de sete anos inscrever no nosso orçamento € 225.856,00 (duzentos e vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta e seis euros), o que significa que o contributo do Município de Oliveira de Azeméis para o FAM é de € 1.580.992,00 (um milhão quinhentos e oitenta mil novecentos e noventa e dois euros). Esta é também uma questão nova que todos os municípios estão a inscrever, sendo certo que alguns*

*estão também a instaurar procedimentos suspensivos relativamente à aplicação e à constitucionalidade da mesma lei. Como sabem também o próprio FAM resulta de um acordo da Associação Nacional de Municípios com o Governo, sendo certo que está marcado já o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios para o dia 11 de novembro, porque nem tudo o que está no acordo, nem tudo o que foi assinado, foi cumprido por parte do Governo. Lembram-se de eu ter aqui partilhado convosco a questão do IVA, da iluminação pública, das refeições escolares, portanto, são matérias que ainda estão em aberto, mas que nós tivemos que colocar no nosso orçamento essas mesmas verbas. Este orçamento diminui € 3.908.270 (três milhões novecentos e oito mil duzentos e setenta euros) face ao de 2014. Do ponto de vista da receita, as receitas correntes crescem 1,8% e as receitas de capital diminuem 36,3%. Temos mais € 482.800 (quatrocentos e oitenta e dois mil e oitocentos euros) nas Receitas Correntes e temos nas Receitas de Capital menos € 4.391.570 (quatro milhões trezentos e noventa e um mil quinhentos e sete euros). As rubricas da receita que registam variações significativas face a 2014, são: - Impostos Diretos (8,2%), no total representa um aumento de € 756.200 (setecentos e cinquenta e seis mil e duzentos euros). O aumento do valor absoluto dos impostos diretos deve-se apenas à aplicação das regras previsionais da receita que condicionam estes valores ao montante arrecadado em média nos últimos dois anos - POCAL. Apenas o IMI, o Imposto Único de Circulação e a Derrama registam um acréscimo de valor previsional face a 2014. O IMT decresce 16,1%, ou seja, € 163.000 (cento e sessenta e três mil euros). - Impostos Indiretos (-42,2%), no total representa uma diminuição de € 82.350 (oitenta e dois mil trezentos e cinquenta euros). A diminuição do valor absoluto dos impostos indiretos deve-se não só à aplicação das regras previsionais da receita que condicionam estes valores ao montante arrecadado em média nos últimos dois anos, mas também à inexistência de receita proveniente do abastecimento de água e saneamento em virtude da concessão à Indagua. - Taxas, Multas e Outras Penalidades (-4,2%), no total representa uma diminuição de € 30.750 (trinta mil setecentos e cinquenta euros). A diminuição do valor absoluto das taxas, multas e outras penalidades deve-se não só à aplicação das regras previsionais da receita que condicionam estes valores ao montante arrecadado em média nos últimos dois anos, mas também à inexistência de receita proveniente do abastecimento de água e saneamento em virtude da concessão à Indagua.- Transferência Correntes (+3%), no total representa um aumento de € 371.000 (trezentos e setenta e um euros). Este crescimento é devido ao aumento das transferências correntes do Estado no valor de € 736.700 (setecentos e trinta e seis mil e setecentos euros). As verbas correntes previstas de candidaturas decrescem € 306.950 (trezentos e seis mil novecentos e cinquenta euros). - Venda de Bens e Serviços Correntes (-21,9%), no total representa um decréscimo de € 941.750 (novecentos e quarenta e um mil setecentos e cinquenta euros). A grande diminuição que esta rubrica apresenta deve-se sobretudo à inexistência de receita proveniente da venda de água e de saneamento devido à concessão destes serviços à Indagua. - Outras Receitas Correntes (+200%), no total representa um aumento de € 400.000 (quatrocentos mil euros). Este aumento das outras receitas correntes, face a 2014 acontece porque houve a transferência da rubrica 07*

para esta rubrica do valor qua a Indaqua transfere para o MOA a título de retribuição da concessão. - Venda de Bens de Investimento (-39,9%), no total representa uma diminuição de € 1.000.200 (um milhão e duzentos euros). Este decréscimo resulta da não inclusão, por prudência, de qualquer valor referente à venda de lotes da Área de Acolhimento Empresarial de Ul e Loureiro. - Transferências de Capital (-39,5%), no total representa uma diminuição de € 3.391.320 (três milhões trezentos e noventa e um mil trezentos e vinte euros). Este decréscimo é devido à diminuição das verbas provenientes de candidaturas a fundos comunitários. Do ponto de vista da despesa, as despesas correntes aumentam 2% e as despesas de capital diminuem 24,6%, ou seja, temos nas Despesas Correntes mais € 431.480 (quatrocentos e trinta e um mil quatrocentos e oitenta euros e nas Despesas de Capital temos menos € 4.339.750 (quatro milhões trezentos e trinta e nove mil setecentos e cinquenta euros). As rúbricas da despesa que registam variações significativas face a 2014, são: - Despesas c/pessoal (-5%), no total representa um decréscimo de € 515.840 (quinhentos e quinze mil oitocentos e quarenta euros). Esta diminuição é sobretudo devida ao decréscimo das remunerações certas e permanentes e consequentes subsídios de férias e natal e demais encargos sobre essas remunerações, em virtude da redução remuneratória de 20% dos vencimentos acima dos € 1.500 (mil e quinhentos euros). - Aquisição de Bens e Serviços (+5,2%), no total representa um aumento de € 414.500 (quatrocentos e catorze mil e quinhentos euros). Esse aumento é visível nas rubricas de combustíveis e lubrificantes (+ € 36.220); peças para automóveis (+ € 218.000,00); encargos de instalações – energia elétrica, gás e biomassa (+ € 109.120); conservação e reparação de bens (+ € 234.330); publicidade (+ € 55.880); trabalhos especializados - maior aumento devido às AEC (+ € 129.860); rendas e alugueres (+ € 29.930). Por outro lado, verifica-se uma diminuição mais relevante ao nível das despesas aquisição de água para venda (- € 167.050); comunicações (- € 57.070); transportes da câmara municipal (- € 143.010); Despesas de representação (- € 30.000); estudos e consultoria (- € 22.140); assistência técnica (- € 25.240); Espetáculos e outros eventos culturais (- € 54.890), eletricidade de iluminação pública (- € 39.410). - Juros e Outros Encargos (-10,2%), no total representa uma diminuição de € 37.520 (trinta e sete mil quinhentos e vinte euros). As baixas taxas de juro são o principal fator desta diminuição. - Transferências Correntes (+21,6%), no total representa um aumento de € 468.540 (quatrocentos e sessenta e oito mil quinhentos e quarenta euros) face a 2014. O aumento verificado deve-se sobretudo à maior participação do Município de Oliveira de Azeméis nas despesas com as transferências para as freguesias (+ € 675.050) e com as participações sociais para famílias (+ € 117.850). Regista-se uma diminuição nas transferências para os agrupamentos escolares (-€ 50.300) e para as instituições sem fins lucrativos (- € 293.630). - Outras Despesas Correntes (+14,2%), no total representa um aumento de € 78.800 (setenta e oito mil e oitocentos euros). Este aumento é devido ao aumento das quotizações e encargos com devoluções e restituições de receita cobrada. - Aquisição de Bens Capital (-28,6%), no total representa uma diminuição de € 2.989.660 (dois milhões novecentos e oitenta e nove mil seiscentos e sessenta euros). O decréscimo nesta rubrica de investimento acontece devido à

consequência da grande diminuição da receita proveniente de fundos comunitários, isto é, a diminuição de aproximadamente 3,4 milhões de euros da receita prevista para investimento de origem comunitária, face ao exercício anterior, tem como consequência direta esta redução substancial do lado da despesa com investimentos. O grande investimento para 2015 verifica-se essencialmente em três grandes projetos: Requalificação do Parque da La Salette – € 1.522.610 (um milhão quinhentos e vinte e dois mil seiscentos e dez euros); Centro Escolar de Ul – € 691.990 (seiscentos e noventa e um mil novecentos e noventa euros); Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro – € 3.305.850 (três milhões trezentos e cinco mil oitocentos e cinquenta euros). - Transferências de Capital (-66,6%), no total representa um decréscimo de € 1.140.510 (um milhão cento e quarenta mil quinhentos e dez euros). Esta diminuição acontece devido à canalização das despesas de capital para corrente no que concerne à esfera de atuação das juntas de freguesia e as suas competências no contexto da nova lei das finanças locais. - Ativos Financeiros (+ € 225.860), mais duzentos e vinte e cinco mil oitocentos e sessenta euros. Este aumento verificado é somente devido à contribuição do Município de Oliveira de Azeméis para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19º da Lei 53/2014. - Passivos Financeiros (-3,7%), no total representa uma diminuição de € 197.440 (cento e noventa e sete mil quatrocentos e quarenta euros). O decréscimo deve-se à menor amortização dos empréstimos médio-longo prazo. - Outras Despesas de Capital (-95.3%), no total representa menos € 215.000 (duzentos e quinze mil euros). Este decréscimo deve-se sobretudo à menor previsão de pagamento de reembolsos e restituições de impostos e taxas para 2014, bem como o menor encargo com a liquidação da Fundação La Salette. Este é um orçamento de responsabilidade, um orçamento de coerência, de rigor e que tem uma correta aplicação dos dinheiros públicos. Eu acho que nós podemos, todos sem exceção e os Oliveirenses também, olhar para o futuro. Há aqui questões que são naturalmente marcantes e que têm a ver com a saída da Troika. Este é o primeiro orçamento municipal após a saída da Troika e também pelos indicadores macroeconómicos que vamos recebendo, sendo que eles ajudam, não resolvem mas ajudam, a melhorar a nossa eficácia e a nossa eficiência. Portanto, as palavras utilizadas muitas vezes ao longo da proposta que vocês têm: consolidação, sustentabilidade, são palavras que estão quer do lado da despesa, quer do lado da receita. Há uma outra preocupação, nós queremos continuar a diminuir a dívida, fica bem latente neste orçamento e queremos pagar cada vez mais depressa aos nossos parceiros e aos fornecedores e felizmente isso está a acontecer. Já o disse e volto a repetir que este exercício orçamental é dos mais difíceis para fazer, porque efetivamente esta transição do QREN para o Portugal 2020 e ainda temos candidaturas no overbooking, apresentamos candidaturas sem sabermos se elas vão ser aprovadas, se não vão ser aprovados, provoca aqui alguma incerteza naquilo que é a nossa previsão orçamental, como disse este é sempre um exercício previsional. Eu destacaria a aposta, do ponto de vista das grandes linhas, na educação, na coesão social, na requalificação urbana, na reabilitação da rede viária, no desenvolvimento económico e na conseqüente criação de emprego e descentralização para as

*Juntas de Freguesia. Na educação, apostamos na transversalidade, já é conhecido desde a pré-primária, do jardim-de-infância até à Universidade Sénior, passando pelo Ensino Superior e, portanto, o Município de Oliveira de Azeméis continuará na vanguarda em termos de políticas educativas e neste caso políticas descentralizadas, construindo novas escolas e requalificando também aquelas que precisam de obras. É assim que tem sido ao longo dos anos e é assim que vai continuar a ser também no futuro. Portanto, dizer-vos que este orçamento também nos permite afirmar que estamos preparados e disponíveis para termos mais de outras competências e outras responsabilidades em termos de educação. Na coesão social, vamos aprofundar as nossas políticas, dinamizando a rede social, temos aqui um apoio muito grande à família. A rede social tem um trabalho que eu acho que é insubstituível e que é imprescindível, apostando numa política de proximidade em parceria com as IPSS's e com as associações que trabalham arduamente para melhorar a qualidade de vida daqueles que mais precisam e daqueles que menos têm. Naquilo que diz respeito à requalificação urbana, nós ainda não temos os regulamentos e mesmo os programas operacionais, quer o regional quer os temáticos do Portugal 2020, ainda não estão definitivamente fechados, mas esta será a nossa grande e talvez a última oportunidade para a requalificação de espaços e edifícios no concelho, não só na cidade mas também no concelho. Nós temos um património edificado muito valioso e, portanto, temos que estar muito atentos, bem preparados para podermos apostar também na requalificação urbana aproveitando o Portugal 2020. Na reabilitação da nossa rede viária, foi feito um levantamento exaustivo das necessidades, temos perto de 800 kms de estrada no nosso concelho e, portanto, vão ser lançados concursos, construídas algumas vias que sejam mais prioritárias, mas não podemos esquecer a requalificação das mesmas, abrangendo todo o território municipal. Como sabem o conceito de lastmille no Portugal 2020, naquilo que diz respeito a construção de estradas propriamente ditas caiu e, portanto, tudo o que for vias de comunicação novas eu mantenho aqui uma secreta esperança de nós podermos ser enquadrados em algumas dessas coisas porque as únicas estradas que se vão poder fazer novas têm a ver com o cozer a malha em termos de zonas industriais, áreas de acolhimento empresariais e investimentos supramunicipais. Eu acho que nós temos condições para poder também aqui ter algum impacto positivo naquela que é a nossa rede viária, mas teremos que ter políticas no terreno para a requalificação da rede viária. Vai haver aqui um condicionamento, se vai haver ou não fundos comunitários para as estradas e para que tipos de estradas, mas como disse estamos preparados para isso. Quanto ao desenvolvimento económico, nós continuaremos no terreno a procurar investimento, ainda esta semana tivemos aí uma multinacional francesa com uma forte capacidade de investimento, sem ainda o negócio estar fechado, mas a atração destes investimentos criam logicamente mais postos de trabalho e contribuem também para o nosso equilíbrio económico e também para as questões sociais. A aposta na criação de áreas de acolhimento empresarial vai continuar, ou seja, criar condições em diversas freguesias de poder ter terreno disponível para a construção, dentro daquilo que são as premissas do PDM, de novas indústrias, atraindo esse mesmo investimento, possibilitando que as empresas do*

*município possam também crescer e ampliar os seus negócios. Uma questão que eu considero muito importante tem a ver com as verbas afetas às Juntas de Freguesia. Nós estamos a falar de uma verba de € 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil euros) que afetamos às Juntas de Freguesia em 2014 e o reforço significativo de cerca de 40% para € 800.000,00 (oitocentos mil euros). No setor da cultura, vamos manter os eventos e as políticas culturais, achamos que eles são fatores de dinamização da nossa economia local e também do associativismo, procurando apoiar o mais possível o associativismo local. No desporto, procuraremos implementar um programa de apoio às associações, vamos naturalmente procurar melhorar as infraestruturas desportivas. Temos um especial enfoque na construção de campos de jogos em relva sintética, acho que devemos procurar fontes de financiamento para conseguir dar resposta a muitas solicitações que temos, bem como estudar a construção de espaços polidesportivos cobertos. É uma vontade também manifestada por algumas Juntas de Freguesia, que é pegar em alguns espaços que serviram de polidesportivos para poder transformá-los em espaços cobertos, que permitem uma utilização mais intensa e durante todo o ano. Isso obriga-nos a um enorme esforço financeiro e teremos que procurar fontes de financiamento, mantendo também a aposta nos eventos desportivos nas mais diversas modalidades como temos vindo a fazer e que tem tido retorno económico e retorno do ponto de vista da promoção e da valorização do nosso território. O associativismo e o empreendedorismo jovem terão também políticas devidamente enquadradas e orçamentadas de apoio e incentivo, combatendo as adversidades a nível nacional que são hoje evidenciadas. No turismo, aproveitamos a nova Loja Interativa de Turismo para potenciar a nossa oferta, aquilo que nos distingue de outros territórios, valorizando naturalmente as nossas potencialidades. Dizer-vos que neste contexto de recuperação da atividade económica, da atividade social, desta dinamização do próprio mercado de trabalho e a manter-se esta linha e esta evolução positiva, é exetável, temos que ser otimistas, que isto também tenha reflexo na economia do concelho, com um impacto naturalmente de médio e longo prazo, que são as atividades do município do lado da receita e também nas outras necessidades de investimentos que nós temos para fazer face a esse exetável crescimento. Para terminar, uma palavra breve e significativa para os funcionários do município, porque eles naquela que eu considero uma nobre missão de serviço público estão a ser capazes de responder com eficácia e eficiência às solicitações que vêm da população, dos autarcas, demonstrando a relevância do serviço à comunidade, que nem sempre é reconhecido, mas merecendo aqui uma palavra de apreço por contraírem energicamente as adversidades que têm no dia-a-dia. Esperamos, naturalmente, que o ano de 2015 seja um ano de aceleração do crescimento económico, se assim for, se os dados que nos chegam naquilo que é o Orçamento de Estado para 2015 que tem uma repercussão direta para o país e naturalmente para o nosso município, se houver essa aceleração do crescimento económico todos temos a ganhar e o nosso município também não ficará seguramente para trás. Numa intervenção inicial, não querendo estar aqui a falar ponto por ponto, estive aqui só a dar-vos esta apresentação mais genérica e mais global. No uso da palavra o Vereador Helder Simões fez a seguinte intervenção: Boa tarde a todos. Eu*

*ouvi com atenção as suas explicações, mas a análise dos últimos orçamentos já nos dá para olharmos para este e percebermos que este é um orçamento de continuidade, mas uma continuidade para pior, digamos assim, daquilo que tem sido a gestão municipal. Vou cingir a minha intervenção em três itens que eu considero diferenciadores face ao passado e depois três ou quatro questões mais do ponto de vista técnico. O ano de 2015 vai ser o primeiro ano a vigorar em pleno, esperamos nós, o novo modelo de competências a delegar nas Juntas de Freguesia, segundo uma legislação que foi aprovada em finais de 2013. E aquilo que nós esperávamos sinceramente, Senhor Presidente, é que fossem dados sinais claros de que a aposta na descentralização não é apenas um chavão, proclamamos muito a descentralização do poder central para os municípios mas depois não somos capazes de a praticar no nosso seio e transferir uma delegação de competências a sério para as nossas freguesias. E aquilo que o Orçamento Municipal prevê para 2015, não obstante a tentativa do Senhor Presidente dizer que vai aumentar o valor de € 550.000,00 para € 800.000,00, o que é certo é que no cômputo geral levou a que as freguesias tenham um corte de 25%. Portanto, Senhor Presidente, a questão objetiva é esta linha de tendência de 2014 para 2015, as Juntas de Freguesia tinham e tiveram, pelo menos inscrito no Orçamento para 2014, nós estamos a comparar os dados comparáveis, €1.936.000,00 (um milhão novecentos e trinta e seis mil euros) e para o próximo ano entre despesas correntes e de capital tem apenas € 1.486.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil euros) e, portanto, as Juntas de Freguesia têm menos € 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil euros) inscritos e essa é que é a realidade. E depois espanta-me, o Senhor Presidente é muito adepto das novas tecnologias e eu desafiava-o a perceber onde é que os tais oitocentos mil euros que diz para as Juntas de Freguesias são um aumento, desafiava-o a ir consultar a página do facebook do próprio PSD que diz que em 2014, até outubro, transferiu €1.281.000 (um milhão duzentos e oitenta e um mil euros) e, portanto, onde é que os oitocentos mil euros que vai transferir são mais do que aquilo que já transferiu até outubro deste ano, a não ser que estes dados estão errados, eu quero acreditar que não objetivamente. Este é o primeiro ano que marca o arranque da nova legislação em pleno da descentralização nas freguesias é marcado por um corte de 25% das transferências para as mesmas, não obstante ao nível dos contratos administrativos que vão ser trocados pelos acordos de execução essa rubrica aumentar. No cômputo geral as Juntas de Freguesias vão ter menos valor transferido da autarquia. Uma outra análise também deste orçamento e eu tive o cuidado de ir fazer uma retroexpectativa e perceber para 2015 o que nós perspetivamos há uns anos atrás. Fui ver os Planos Plurianuais de Investimento, nomeadamente o de 2012, e perceber o que é que nós na altura perspetivávamos para 2015. Nós na altura perspetivávamos um investimento em sede de PPI de dezasseis milhões quatrocentos e oitenta e três euros e a realidade dois anos depois é que o mesmo Executivo apenas é capaz de prever sete milhões quatrocentos e sessenta e três mil euros. Se juntarmos a isto a taxa de execução dos PPI's que ronda os 60%, 70%, não agouramos uma grande capacidade de investimento para o Município de Oliveira de Azeméis em 2015, infelizmente. Esta tem sido a marca da gestão do PSD ao longo dos anos, nós temos*

*em cada ano que passa menos investimento efetivo na melhoria da qualidade de vida dos Oliveirenses. Uma última questão, tem a ver com alguns números, que o Senhor Presidente também já referiu, e que me recorda uma frase do ex-Ministro Vítor Gaspar “este é um orçamento que acarreta um enorme aumento de impostos”, os Oliveirenses pagarão este ano mais 15% em impostos que são receitas diretas da autarquia, entre IMI, Derrama, IRS, IUC. Um valor que é 1,25 milhões de euros superior a 2012, ou seja, esta política do PSD tem estado em clara sintonia com o Governo de coligação PSD/CDS no claro confisco aos portugueses em geral e aos oliveirenses em particular. Este aumento de impostos é tão mais gravoso que este Executivo rejeitou uma proposta do PS de se iniciar uma trajetória do alívio da carga fiscal dos Oliveirenses. Era claramente acomodada pelo aumento que se vai verificar este ano. Mas os oliveirenses até perceberiam se deste enorme aumento de impostos de incidência municipal tal se representasse num investimento pelo menos proporcional na melhoria da qualidade de vida dos Oliveirenses. Analisando os números em termos orçamentais, Senhor Presidente, a curva do investimento municipal nos últimos quatro anos é completamente descendente, a curva dos impostos pagos pelos oliveirenses é claramente ascendente. Dos últimos anos este é o primeiro ano em que os impostos que os oliveirenses pagam é claramente superior ao investimento previsto e, portanto, nunca os oliveirenses pagaram tantos impostos, nunca os oliveirenses tiveram tão pouco investimento municipal. Estas três grandes linhas para mim são evidenciadoras da pobreza deste orçamento municipal, uma gestão que não tem sido capaz de inverter a situação. Em abono da verdade, a autarquia está condicionada pelo valor da dívida que temos que amortizar e pagar, mas isso é o reflexo da vossa gestão de quarenta anos que hoje estamos hoje todos a assumir. Do ponto de vista técnico, eu gostava de perceber se os quatrocentos mil euros, creio eu, da receita municipal que vamos ter pela concessão da Indaqua são superiores ou inferiores daquilo que saiu do orçamento, ou seja, se do centro de custos da rede de água e saneamento estes € 400.000,00 compensam. Perceber se nesta transmissão de responsabilidades o município do ponto de vista financeiro ficou a ganhar ou a perder. Uma outra questão, Senhor Presidente, e que eu achei estranho e pode ter alguma explicação, é uma notícia que eu vi com pompa e circunstância, onde disse que nós conseguimos ser dos municípios que mais poupança consegue ter, que é o contrato de Oliveira de Azeméis previa poupar trinta e cinco mil euros em energia e afinal conseguimos cento e noventa e dois mil euros. Eu gostava de perceber onde é que está a tradução desses números, porque eu fui ver o Plano Plurianual da Atividades mais relevante para 2014, onde tínhamos eletricidade e iluminação pública, que acho que é do que estamos a falar, no valor de € 1.208.000,00 (um milhão duzentos e oito mil euros) e para 2015 temos € 1.169.000,00 (um milhão cento e sessenta e nove mil euros), ou seja, menos € 39.000,00 (trinta e nove mil euros) e, portanto, afinal de contas gostava de perceber onde é que estão os tais € 192.000,00 (cento e noventa e dois mil euros), espero que sejam efetivos. A ser verdade esta poupança de cento e noventa e dois mil euros propunha que este valor fosse aplicado em investimento em matérias e energias renováveis para que esta poupança possa ter um efeito multiplicador em orçamentos futuros e*

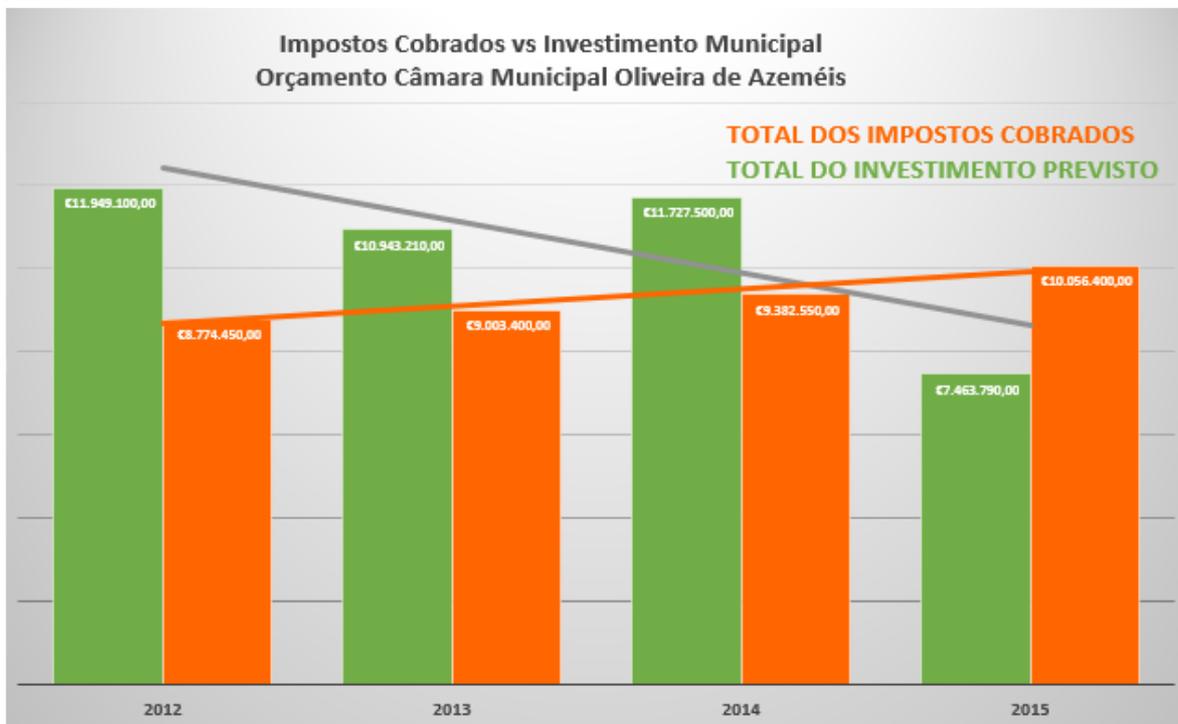
*um apoio efetivo à redução destes consumos energéticos que tão prementes são. Uma questão também, Senhor Presidente, que levantou a sua intervenção e eu concordo que a Rede Social tem desempenhado um papel relevante para o município e, portanto, acho que é de apoiar, mas depois há números que são conflagradores, nós depois olhamos para o orçamento e vemos que a Rede Social tem afetos € 900,00 (novecentos euros) e a tradução prática daquilo que deve ser o nosso apoio à Rede Social é traduzida neste número. Aquilo que nós dizemos é que a tradução da realidade dos números é muito diferente da realidade propagandeada por este Executivo. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Boa tarde a todos. Antes de fazer uma breve análise aos números deste orçamento, gostaria naturalmente de tecer algumas considerações sobre a intervenção do Senhor Presidente. O Senhor Presidente de Câmara começa por referir que este é um orçamento de responsabilidade e coerência, é um orçamento de rigor e que tem uma correta aplicação dos dinheiros públicos. Claramente isto não é verdade, na realidade é um orçamento muito pobre, muito pouco ambicioso e que se financia quase exclusivamente às custas das transferências do Orçamento do Estado, do aumento substancial da carga fiscal sobre as famílias oliveirenses e obviamente que isto é preocupante pela redução substancial do investimento público para níveis francamente baixos como aqui já foi referido. Temos previsto para 2015 uma redução do investimento face a 2014 de quase 40% para o qual V. Exa, como aqui já foi dito, previa investimentos superiores a dezasseis milhões de euros para o próximo ano. Disse também para olharmos para o futuro de forma diferente, mas não podemos Senhor Presidente, este orçamento não consolida, nem sustentabiliza o futuro, porque não promove o investimento e o desenvolvimento do concelho. O investimento público é residual e a capacidade para atrair investimento privado resume-se quase exclusivamente à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro. É, como já foi dito também, um orçamento que continuado do passado, onde a estratégia de desenvolvimento para o concelho assenta basicamente nas obras erradas do Executivo anterior, onde vai ser aliás, como referiu, canalizada a maioria do investimento: área de acolhimento industrial de Loureiro, o Parque de La-Salette e o Centro Escolar de Ul, as tais grandes obras âncora que referiu aqui, não se descortinando nenhuma obra estrutural da autoria deste Executivo. É importante referir que o orçamento do ano passado sublinhava no seu preâmbulo que apesar do contexto recessivo era fundamental a delegação de competências para as Juntas de Freguesia acompanhadas naturalmente do reforço de verbas. Referia também, e estamos absolutamente de acordo com isso, a importância da coesão territorial e desenvolvimento local. Diz o Senhor Presidente que este orçamento reflete essa intenção e essa vontade. Não é verdade e muito bem nos disse, até porque as Juntas conforme aqui já foi referido, recebem no conjunto das transferências correntes e de capital menos do que em 2014. Todos sabemos que o orçamento de 2014 tinha sido mais magro do que o de 2013, o de 2015 foi sujeito a uma rigorosa dieta também em resultado da concessão da rede de água e saneamento, mas também e fundamentalmente pela redução substancial das transferências dos fundos comunitários e o reflexo é passarmos de um orçamento de mais de trinta e nove milhões de*

euros para um orçamento de trinta e cinco milhões de euros, ou seja, um orçamento que emagrece cerca de 10%. Ora bem, todos sabemos que na sua génese uma autarquia existe para prestar serviço público e quando passa essa responsabilidade para os privados a autarquia presume-se, a ser como Oliveira de Azeméis, está a transformar-se numa mera cobradora de impostos. As receitas fiscais provenientes de impostos e taxas são de quase onze milhões de euros e representam mais de 30% das receitas totais. A receita de impostos diretos tinha aumentado 4,4% em 2014, em 2015 volta a aumentar curiosamente a carga fiscal sobre as famílias oliveirenses, quer através do aumento substancial da coleta de IMI como aqui já foi referido e que no orçamento há um valor estimado de mais de setecentos e cinquenta mil euros; quer através do aumento substancial da participação sobre o IRS que é da ordem dos quinhentos mil euros em apenas um ano, o que quer dizer que a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista para a redução de 1% da carga fiscal sobre as famílias oliveirenses seria suportável apenas com o aumento arrecadado neste orçamento. E por isso é verdade aquilo que foi dito, que os oliveirenses apesar de pagarem mais impostos, os impostos diretos aumentar 8% de 2014 para 2015, recebem em troca menos investimentos e menos investimento significa naturalmente menos qualidade de vida. No lado das despesas, em 2015 podemos resumir as despesas ao seguinte: as despesas correntes conforme estão aqui definidas aumentam 2% em relação a 2014 e consomem 62% do orçamento da autarquia. Se retirarmos as transferências correntes e juntarmos as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, se juntarmos ainda os 14,4% dos passivos financeiros, percebemos que uma grande parte do orçamento da autarquia, cerca de 66% do orçamento está completamente comprometido mesmo antes de se fazer um cêntimo de investimento. Isto confirma um modelo de gestão que nós vimos denunciando, onde o peso das despesas correntes excede largamente as despesas de capital, existem esses prazos nas contas de gerência que provam isto que acabei de dizer, o que na prática significa que uma parte substancial dos recursos financeiros disponíveis vai para o funcionamento e não para o investimento. Este problema, conforme já foi dito pelo Vereador Helder Simões, resulta naturalmente na forma como o concelho tem vindo a ser gerido e que tem naturalmente comprometido seriamente o seu trabalho. E depois, obviamente, que as consequências surgem ao nível do investimento. O investimento de 2013 e o de 2014 tinham aumentado cerca de 15% e como todos sabemos tivemos em 2014 um ano de forma perceptível fraco ao nível de investimento, agora como já tinha referido o orçamento tem o investimento a cair cerca de 40%. É por isso que nos preocupamos, porque aquilo que é proposto aos oliveirenses é que cheguemos a meio do nosso mandato com um orçamento onde as despesas de capital canalizadas para investimento caem 24% em relação a 2014, empurradas pela redução substancial das transferências de capital e da venda de bens e serviços que caem 29% e 67% respetivamente. Isto é uma realidade triste, a que se junta um centralismo da gestão, com transferências correntes e de capital que pesam apenas 9,1% do total das despesas, ou seja, apesar de publicitarmos que queremos delegar e transferir competências, apenas permitimos que uma fatia menor do orçamento seja transferida, o que contradiz completamente a

*amplamente publicitada vontade de delegar competências. Do lado da receita, também já foi também referida a venda de bens e serviços correntes que passa de mais de seis milhões de euros em 2013 para 3,3 milhões de euros em 2015, sendo esta rubrica apenas 9,6% da receita total. Grande parte deste valor refere-se como sabemos ao serviço de recolha de resíduos sólidos e ao contrato de concessão, o que significa que a autarquia não evidencia capacidade para produzir riqueza e gerar receitas próprias, sendo cada vez mais dependente dos impostos e das transferências do Orçamento de Estado. Continuamos a ser beneficiados por uma conjuntura favorável ao nível das taxas de juro, que levam a uma nova redução nos encargos pagos, a que se soma a já verificada em 2014 e que foi na ordem dos duzentos mil euros. Apesar destas condições favoráveis ao nível dos juros e encargos com a dívida e ao nível da arrecadação de impostos, este orçamento apresenta-se globalmente pobre e pouco amigo do investimento, como aliás revela a coluna vazia do PPI para 2015 e as colunas dos anos seguintes preenchidas com obras que vão sendo sucessivamente inscritas nos sucessivos orçamentos e que vão sendo recorrentemente empurrados para anos futuros. Diz que este orçamento aposta na reabilitação urbana e na rede viária, mas, Senhor Presidente, muitas das obras que nós vemos no Plano Plurianual de Investimentos são repetidas e cheias de corte. Senhor Presidente, persistem efetivamente os erros do passado neste orçamento; uma boa parte pago em rendas e alugueres; uma capacidade para execução por administração direta absolutamente residual; a incapacidade já referida na venda de bens e aquisição de serviços e geração de receitas próprias; as acrescidas despesas de funcionamento do aparelho camarário; a aposta, como aqui referiu e reconheceu pela primeira vez, nos eventos efémeros em vez de obras estruturais; a falta de esperança e estagnação de valores imputados para os orçamentos dos próximos anos; a inexistência de planos e obras previstas para candidatura do novo Quadro Comunitário de Apoio, são alguns dos fatores que nos levam a dizer que este orçamento não merece mais do que um voto contra. Duas notas positivas neste orçamento: A Zona Industrial de Costa Má/S. Roque e obras inscritas para a requalificação do Salão Nobre do Município. Uma nota, Senhor Presidente, para a qual pedia a sua atenção que é um valor extraordinário inscrito para a reparação da Estátua do Milénio, isto é algo muito difícil de perceber, uma estátua/monumento que nos custou € 130.000,00 e nós inscrevemos em sede de orçamento mais de duzentos mil euros para a sua reparação, está aqui qualquer coisa que não bate certo, há aqui qualquer coisa que é muito estranho. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: duas ou três notas, teremos ainda muito tempo para discutir pormenorizadamente este orçamento, mais tempo do que alguma vez tivemos. Eu não sei se temos de votar, mas acho que o devíamos fazer. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Chefe da Equipa Multidisciplinar de Gestão e Administração Geral de Projetos Autárquicos Dr. José Figueiredo Faria que disse: Esta versão do orçamento rege-se por dois regimes: o regime da Lei n.º 75 que diz que compete à Câmara elaborar e submeter ao Órgão Deliberativo as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento; depois o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a Lei n.º 73, diz que o Órgão Executivo tem que apresentar uma*

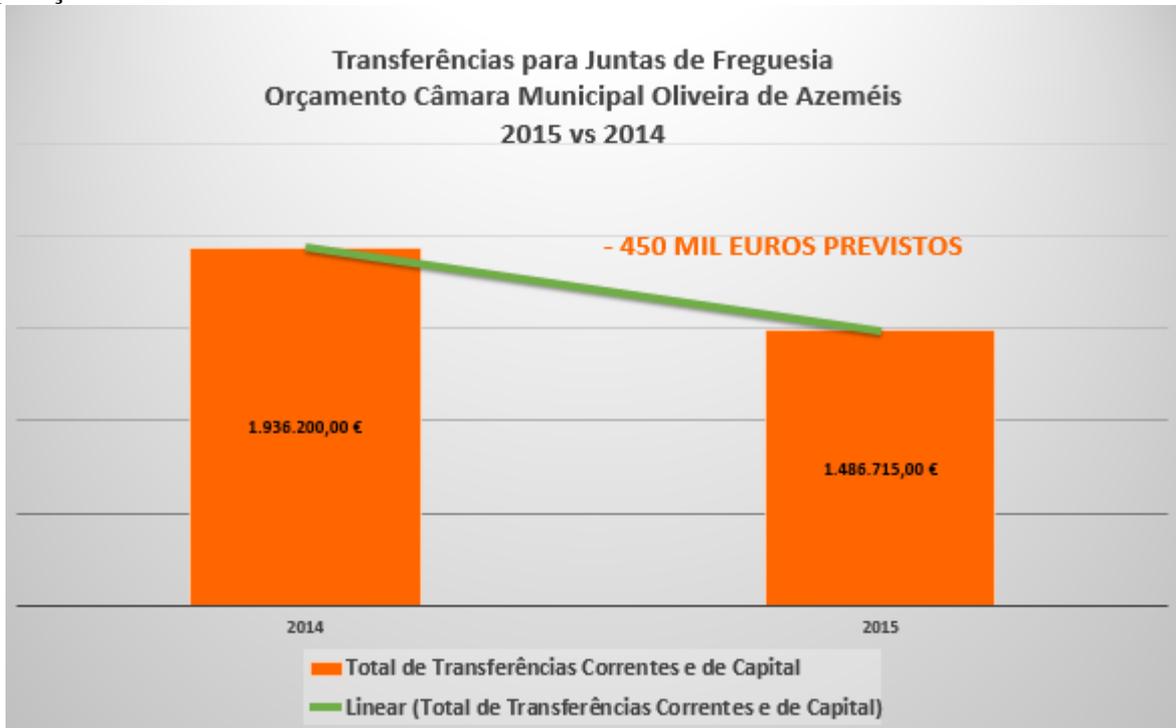
*proposta ao Órgão Deliberativo até ao dia 31 de outubro. O Senhor Presidente continuou a sua intervenção: Eu registo que tenha havido em alguns momentos comparações, nomeadamente na intervenção do Senhor Vereador Helder Simões, do Orçamento para 2015 com o Orçamento de 2012 e noutras comparou com o orçamento de 2014, ou seja, foi seletivo nas comparações. Já agora dizer que em 2012 as regras na elaboração do orçamento eram diferentes das regras para elaboração do orçamento para este ano, tem havido aí também alterações e há aqui questões que nós não podemos comparar àquilo que não é comparável. Vai ser interessante perceber e o Senhor Vereador Helder Simões vai ter que fazer as contas várias vezes naquilo que disse relativamente à diminuição das transferências para as Juntas de Freguesia. Aquilo que eu quero que o Senhor Vereador compare e isso é inegável é que no ano passado aprovou € 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil euros) para transferências para as Juntas de Freguesia e este ano tem € 800.000,00 (oitocentos mil euros) e isso não pode dizer que não tem. A análise que está a fazer é uma análise precipitada. Vai ser interessante perceber que o Senhor Vereador concluiu no auto da sua análise que há uma redução, palavras suas, de € 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil euros) no apoio às Juntas de Freguesia, mas eu terei muito prazer em lhe explicar completamente o contrário e o Senhor se falar também com os Presidentes de Junta vai perceber. Dar só estes dois apartes e como eu disse temos todos ainda muito tempo para fazer o trabalho de casa. Depois há aqui um comentário que eu queria também fazer e que é o seguinte: nós temos trezentos e sessenta e cinco dias e durante trezentos e sessenta e três dias o problema do município é a dívida, não se reduz a dívida; há dois dias que é o dia da aprovação do orçamento na Câmara Municipal e o dia da aprovação do orçamento na Assembleia Municipal onde a dívida não conta para nada, o que é preciso é investir e investir. Os Senhores têm que perceber, não só é em Oliveira de Azeméis, é em todo o lado. Eu posso construir aqui um orçamento com base na expectativa naquilo que vai ser a requalificação urbana, a requalificação do Caracas. Eu sei que há municípios que fazem isso e eu chegava aqui e em vez de trinta e cinco milhões de euros apresentava sessenta milhões de euros. O que se passa aqui e isto foi fruto de uma discussão muito grande tecnicamente, foi a prudência de colocar em sede de orçamento aquilo que efetivamente nós podemos contar do ponto de vista dos fundos comunitários e como sabem não há candidaturas, não há regulamentos aprovados para o Portugal 2020 e como sabem também as Câmaras Municipais hoje têm a sua capacidade de investimento, e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é uma delas, muito reduzida, a não ser com a alavanca dos fundos comunitários, os Senhores sabem perfeitamente disso. Ainda relativamente a questões da responsabilidade, da coerência e do rigor, é evidente que este orçamento não pode de maneira nenhuma ser um orçamento muito diferente daqueles que foram os orçamentos passados. Isso é óbvio. Não vale a pena nós estarmos a hipotecar todo o esforço que temos vindo a fazer de consolidação das nossas contas. A intervenção do Partido Socialista não foi surpreendente do que era expectável, teremos que escarpelizar essa vossa visão relativamente às freguesias, porque aí comparam com 2014, não comparam com 2012 ou 2011, dá jeito comparar com 2014, mas certamente que esse será um desafio estimulante para nós.*

Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, três votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, tendo este último usado do voto de qualidade, aprovar os referidos documentos. Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto: “Declaração de Voto sobre Orçamento Municipal 2015: Os vereadores do Partido Socialista, Helder Simões, Ana de Jesus, Joaquim Jorge Ferreira e Manuel Alberto Pereira votaram contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015, pelos seguintes motivos: Nunca os Oliveirenses pagaram tantos impostos para tão pouco investimento. O orçamento municipal para 2015 é um documento pobre e pouco ambicioso, que se financia quase exclusivamente através do aumento substancial da carga fiscal sobre as famílias oliveirenses e pela redução do investimento público para níveis historicamente baixos. Nos últimos anos, nunca os oliveirenses pagaram tantos impostos e nunca tiveram tão pouco investimento previsto, conforme o gráfico documenta:



Apresenta ainda mais três marcas profundamente negativas que o caracterizam: 1) Reduzida capacidade do município em gerar receitas próprias agravada pela concessão das redes de água e saneamento, o que transforma o município cada vez mais num mero cobrador de impostos. 2) Diminuição acentuada do investimento de capital em resultado do peso da dívida por exclusiva responsabilidade da gestão PSD ao longo de 4 décadas, estando previsto para 2015 uma redução do investimento face a 2014 de quase 40%. Atesta a falta de credibilidade deste executivo PSD o facto do próprio prever, em 2012 investimentos para 2015, superiores a 16 milhões de euros e dois anos volvidos, na realidade apresentar previsões de investimento inferiores a metade desse valor. 3) Num ano que se esperava o reforço da descentralização de competências nas freguesias, o município prevê uma redução significativa nas transferências de

recursos financeiros para as Juntas de Freguesia (menos 450 mil euros face a 2014), boicotando o trabalho de proximidade dos autarcas locais na resolução dos problemas das suas populações.



===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 15m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,  
 , na qualidade de secretária a redigi. =====